



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

**ANEXO IV**

- a) **CONVÊNIO ICMS Nº 94 DE 22 DE SETEMBRO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ), PUBLICADO NO DOU DE 04/10/2012 - AUTORIZA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL A CONCEDER ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM BENS E MERCADORIAS DESTINADOS ÀS REDES DE TRANSPORTES PÚBLICOS SOBRE TRILHOS DE PASSAGEIROS.**
- b) **DECRETO ESTADUAL Nº 58.618 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012 - INTRODUZ ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – RICMS**
- c) **PORTARIA CAT 03, DE 28 DE JANEIRO DE 2013 - DISCIPLINA O CONTROLE E AS CONDIÇÕES PARA A FRUIÇÃO DA ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM BENS E MERCADORIAS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA LINHA 6 - LARANJA DA REDE DE TRANSPORTES METROFERROVIÁRIOS DE SÃO PAULO**



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

**a) CONVÊNIO ICMS Nº 94 DE 28/09/2012 (Federal)**

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com bens e mercadorias destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 147ª reunião ordinária, realizada em Campo Grande, MS, no dia 28 de setembro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

**CONVÊNIO**

Cláusula primeira. Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do ICMS relativo às operações internas e interestaduais, bem como ao diferencial de alíquotas, com bens e mercadorias destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se na importação de produtos sem similar produzidos no País, cuja inexistência de similaridade será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional.

Cláusula segunda. Fica autorizada a não exigência do estorno do crédito do ICMS de que trata o art. 21 da Lei Complementar 87/1996, de 13 de setembro de 1996, relativo às operações abrangidas pela isenção prevista neste convênio.

Cláusula terceira. A fruição dos benefícios de que trata este Convênio fica condicionada à comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens na construção, manutenção ou operação das redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros que se refere a cláusula primeira, na forma e nas condições estabelecidas pela legislação interna.

Cláusula quarta. Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

**b)DECRETO Nº 58.618, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012**

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Convênio ICMS-94, de  
28 de setembro de 2012,

Decreta:

Artigo 1º - Fica acrescentado o artigo 160 ao Anexo I do Regulamento do  
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de  
Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS,  
aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000, com a seguinte redação:

"Artigo 160 (METRÔ - IMPLANTAÇÃO DA LINHA 6) - Operações  
internas realizadas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6 -  
Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Convênio ICMS-  
94/12).

§ 1º - O benefício previsto neste artigo fica condicionado:

1 - à comprovação do efetivo emprego dos bens e mercadorias nas obras  
referidas no "caput", conforme disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda;

2 - ao credenciamento do contribuinte perante a Secretaria da Fazenda,  
nos termos de disciplina por ela estabelecida.

§ 2º - Tratando-se de operação de importação:

1 - aplica-se somente a bens e mercadorias novos;

2 - fica condicionado, além do disposto no § 1º:

a) à inexistência de produto similar produzido no país, atestada por órgão  
federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo com abrangência  
em todo território nacional;

b) a que o desembarque e o desembaraço aduaneiro sejam realizados  
em território paulista.

§ 3º - A inobservância ou o descumprimento de qualquer das condições  
estabelecidas neste artigo implicará exigência integral do imposto devido, com os  
acréscimos legais cabíveis desde o vencimento do prazo em que o imposto deveria ter  
sido pago caso a operação não tivesse sido efetuada com isenção do ICMS.

§ 4º - Não se exigirá o estorno do crédito do imposto em relação à  
mercadoria beneficiada com a isenção de que trata este artigo.

§ 5º - Este benefício vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-94/12,



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

de 28 de setembro de 2012." (NR).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 1º de dezembro de 2012.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de novembro de 2012

GERALDO ALCKMIN

**c) PORTARIA CAT 03, DE 28 DE JANEIRO DE 2013**

Disciplina o controle e as condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo

O Coordenador da Administração Tributária, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 160 do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490 de 30-11-2000, expede a seguinte portaria:

Artigo 1º - Para fins de fruição da isenção do ICMS, prevista no artigo 160 do Anexo I do RICMS, incidente nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo:

I – a sociedade de propósito específico incumbida da implantação da Linha, bem como as empresas por ela contratadas para a execução das obras ou instalação de equipamentos e sistemas deverão estar previamente credenciadas conforme disposto nos artigos seguintes;

II – as empresas contratadas pela sociedade de propósito específico referidas no inciso I deverão, adicionalmente, possuir inscrição estadual específica para a realização das operações de que trata esta portaria;

III - o estabelecimento que promover saída interna de bens ou mercadorias com destino à sociedade de propósito específico ou às empresas referidas no inciso I deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, inserindo, no campo “Informações Complementares”, a expressão “Isenção do ICMS – artigo 160 do Anexo I do RICMS”.

§ 1º - A sociedade de propósito específico ou as empresas referidas no inciso I, na hipótese de realizarem importação beneficiada nos termos do “caput”,



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

deverão emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, inserindo, no campo “Informações Complementares”, a expressão: “Isenção do ICMS - artigo 160 do Anexo I do RICMS”, bem como o número do processo que concedeu o credenciamento previsto nesta portaria.

§ 2º - Na hipótese do § 1º, a expressão “Isenção do ICMS – artigo 160 do Anexo I do RICMS” deverá constar também na Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS.

Artigo 2º - A sociedade de propósito específico e as empresas referidas no inciso I do artigo 1º deverão apresentar pedido de credenciamento no Posto Fiscal de sua vinculação, mediante entrega dos seguintes documentos:

I - requerimento dirigido ao Diretor da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT, constando:

a) o nome empresarial, o endereço, os números de inscrição, estadual e no CNPJ, e o código da atividade econômica segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE da matriz e dos demais estabelecimentos filiais localizados em território paulista;

b) descrição, clara e concisa, do objeto do pedido;

c) a data e a assinatura do contribuinte, sócio, diretor ou representante legal;

II - declaração quanto à existência ou não de procedimento fiscal contra o requerente;

III – relação dos débitos fiscais pendentes, informando:

a) relativamente àqueles reclamados por meio de auto de infração, o número do auto de infração, o período, a referência, o valor, bem como existência ou não de defesa ou recurso apresentado na esfera administrativa ou judicial;

b) a existência de parcelamento deferido, celebrado e o estágio em que se encontra;

IV - em relação aos produtos que serão importados, laudo técnico que comprove a inexistência de similar produzido no país e a compatibilidade de aplicação dos produtos na implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo, elaborado por entidade representativa do setor;

V - procuração outorgada ao representante legal, quando o requerente estiver representado.

Parágrafo único - O requerimento será formulado em 3 (três) vias, que terão a seguinte destinação:

1 - a 1ª via formará o processo;



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

2 - a 2ª via será arquivada no Posto Fiscal;

3 - a 3ª via será devolvida ao requerente com o correspondente número de protocolo.

Artigo 3º - O chefe do Posto Fiscal de vinculação do requerente deverá:

I - examinar o cumprimento dos requisitos exigidos, manifestando-se conclusivamente quanto à existência ou não de:

a) ação fiscal contra o requerente;

b) débitos inscritos ou não na Dívida Ativa;

II - informar o estágio de eventual ação fiscal na data da protocolização do pedido de credenciamento;

III - instruir o processo com os documentos relativos à pesquisa efetuada;

IV - encaminhar o processo ao Delegado Regional Tributário, para sua manifestação e encaminhamento à Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT para decisão.

Artigo 4º - A decisão da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT será:

I - notificada ao requerente;

II - publicada mediante extrato do despacho de concessão do credenciamento.

Artigo 5º - A critério da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT, o credenciamento poderá ser alterado, revogado, cassado ou suspenso, hipótese em que serão adotadas as providências previstas no artigo 4º.

Artigo 6º - Da decisão que indeferir o pedido ou determinar a alteração, revogação, cassação ou suspensão do credenciamento caberá recurso, sem efeito suspensivo, dirigido à Coordenadoria da Administração Tributária - CAT, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da decisão.

Artigo 7º - A Secretaria da Fazenda manterá cadastro atualizado dos credenciados nos termos desta portaria, para consulta pública, no endereço eletrônico: [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br).

Artigo 8º - Sem prejuízo das verificações fiscais e, quando couber, da exigência do imposto devido, a comprovação do emprego dos bens e mercadorias nas obras de implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo deverá ser feita pela sociedade de propósito específico ou pelas empresas referidas no inciso I do artigo 1º, conforme o caso, mediante:

I - arquivo digital da Escrituração Fiscal Digital - EFD enviado à



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

Secretaria da Fazenda;

II - laudo técnico, elaborado a cada 6 (seis) meses, dispondo, em relação a todas as operações amparadas pela isenção a que se refere o “caput” do artigo 1º, as respectivas quantidades de mercadorias e bens:

- a) existentes no estoque inicial, remanescentes do período anterior;
- b) adquiridos no período;
- c) utilizados efetivamente na obra;
- d) utilizados em finalidade diversa da prevista na alínea “c”;
- e) existentes no estoque final do período.

Parágrafo único – O laudo técnico deverá:

- 1 – ser expedido por empresa de reputação idônea ou engenheiro que possua junto ao órgão competente registro que o habilite a exercer tal atividade;
- 2 – ser entregue no Posto Fiscal de vinculação do estabelecimento;
- 3 – demonstrar, por meios técnicos, a compatibilidade do emprego, inclusive em relação à quantidade, dos bens e mercadorias na obra.

Artigo 9º - A inobservância ou o descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta portaria implicará exigência integral do imposto devido, com os acréscimos legais cabíveis desde o vencimento do prazo em que o imposto deveria ter sido pago, caso a operação não tivesse sido efetuada com isenção do ICMS.

Artigo 10 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.